

A transgeracionalidade do papel de gênero e a condição feminina entre mãe e filha: reflexões sobre o trabalho doméstico não remunerado

Transgenerationality of the gender role and female condition between mother and daughter: reflections on unpaid domestic work

Natália Silva Trindade^a, Maira Covre-Sussai^b

Resumo O objetivo desse trabalho é compreender a relação entre papel de gênero, condição feminina e trabalho doméstico não remunerado com a transgeracionalidade enquanto herança cultural, investigando a vinculação desta “hereditariedade” social com relação ao trabalho doméstico não remunerado. Questiona-se o trabalho doméstico não remunerado enquanto fenômeno social atrelado à vida das mulheres, discutindo-o a partir do surgimento da divisão sexual do trabalho, da atuação do patriarcado junto ao capitalismo na sociedade de classes moderna e dos diversos arranjos familiares modernos. Apresenta-se, ainda, a possibilidade dessa vinculação ser entendida enquanto o *habitus*, a partir da ideia de que os bens imateriais podem ser acumulados e transmitidos inter e transgeracionalmente. Por fim, utilizou-se o banco de dados coletado pela pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década” para demonstrar empiricamente essa transgeracionalidade. Os resultados indicam que o fato de a mãe trabalhar fora enquanto a filha é criança influencia a filha a trabalhar fora e que o nível educacional da filha é sempre maior que o da mãe.

Palavras-Chave Gênero; Trabalho; Trabalho Doméstico; Transgeracionalidade; Sociologia da Família. *Habitus*.

Abstract *The objective of this study is to uncover the relation between gender role, female condition and unpaid domestic work with transgenerationality as a cultural heritage, investigating the linkage of this social “heredity” with regard to unpaid domestic work. Unpaid domestic work is questioned as a social fact linked to the*

a Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ) e pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos de Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (NUDERG).

b Professora do departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Leuven (Katholieke Universiteit Leuven - 2014).

life of women, discussing it from the emergence of the sexual division of labor, the patriarchy's action with capitalism in modern class society, and the various modern family arrangements. It is also possible that this linkage can be understood as the habitus, from the idea that intangible assets can be accumulated and transmitted inter and transgenerationally. Finally, the database collected by the research "Gender, work and family in Rio de Janeiro - changes and permanences in the last decade" was used to demonstrate empirically this transgenerationality. The results indicate that the fact that the mother works outside home while the daughter is a child influences the daughter to work outside, and that the educational level of the daughter is always greater than that of the mother.

Keywords Gender; Work; Housework; Transgenerationality; Sociology of the Family; Habitus.

INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico não remunerado é um fato observado nas relações sociais, marcado pela divisão sexual do trabalho, que afeta a organização das famílias na sociedade moderna, sobrecarregando, sobretudo, o uso do tempo das mulheres. Consiste em “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado de pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – envolve o trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 257). Entendendo que a reprodução da desigualdade de gênero se dá no âmbito institucional e no âmbito das relações pessoais e íntimas, o tema desse artigo, o qual possui uma origem monográfica¹, é a análise da reprodução do trabalho doméstico não remunerado dentro das famílias enquanto um papel de gênero e uma condição feminina, passível de ser transmitido de mãe para filha enquanto herança cultural.

A construção teórica deste artigo se dá a partir de duas referências principais tomadas por complementares. A primeira traz à luz a teoria marxista e a sua produção filosófica e sociológica sobre o trabalho e sobre a família, já a segunda trata da teoria bourdieusiana, em função de sua capacidade de analisar a subjetividade sem abandonar a influência das estruturas. Apesar de muitos acadêmicos refutarem essa ideia da complementariedade destas referências, Burawoy (2009, p. 29) ressalta que a teoria desenvolvida por Marx está “inserida profundamente no tratamento que Bourdieu dá aos campos de produção intelectual e cultural”,

1 Artigo baseado em Monografia apresentada para conclusão de Graduação em Ciências Sociais, 2017, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

iniciando pela ideia do materialismo, da história como as condições materiais nas quais o conhecimento é cotidianamente produzido, e que as teorias apenas se afastam quando os teóricos buscam responder outras questões do seu próprio tempo. “Enquanto, Marx está interessado em uma sucessão histórica dos campos econômicos (os sistemas de produção), Bourdieu está interessado na coexistência simultânea de diversos campos – o econômico, o cultural, o político etc” (BURAWOY, 2009, p. 34).

As categorias e conceitos-chave, como gênero, trabalho, relações sociais de poder, transgeracionalidade, família, *habitus*, herança cultural, capital social, cultural, dentre outros, foram inicialmente identificados nos escritos marxistas de Friedrich Engels e nos de Pierre Bourdieu, através de seus comentadores, entendendo que a análise social deve ser feita a partir da sociedade e suas estruturas objetivas para as relações individuais. Para isso, a realização de um apanhado histórico para ilustrar como o patriarcado atuou nas relações sociais, especialmente no que se refere ao campo do trabalho e da família, se faz relevante, a fim de comprovar como o sistema patriarcal foi afetado quando se pensa nos avanços da luta feminista em defesa das mulheres e da ordem política constituída pela internacional comunista², movimento iniciado após a vitória dos comunistas na Revolução Russa.

Outro ponto relevante para esse estudo são os tipos de arranjos familiares para que a análise do trabalho doméstico não remunerado possa ser feita também pela perspectiva subjetiva, tendo em vista que o local onde se exerce esse tipo de trabalho é na família. A representação do arranjo “chefe de família e dona de casa”, enquanto um padrão subjetivo, e a concepção de que ela surge enquanto causa e efeito da divisão sexual do trabalho é apenas uma das possibilidades históricas aqui apresentadas, uma vez que o fenômeno sociopolítico-econômico da escravidão, o qual trouxe inúmeros negros do continente africano para terras brasileiras, influenciou diretamente os formatos dos arranjos familiares no Brasil, complexificando ainda mais a análise do papel da família no que se refere ao trabalho doméstico (BIROLI, 2014).

2 “Em 1919, logo após a vitória dos comunistas na Revolução Russa, foi criada a III Internacional, ou Internacional Comunista, ou ainda Komintern. Seu principal objetivo era criar uma União Mundial de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Dominada pelo Partido Comunista da União Soviética, a Internacional emitia diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados, inclusive o Partido Comunista do Brasil. Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, a Internacional Comunista foi dissolvida com a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais da União Soviética.” (CPDOC FGV, disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEra-Vargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/InternacionalComunista>>)

Neste artigo, junto à revisão de literatura, considera-se a apresentação de uma análise quantitativa a partir da aplicação dos métodos do Chi-quadrado e da Correlação de Pearson para realização de testes de hipóteses em quatro variáveis selecionadas no banco de dados coletado pela pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década”. Esta pesquisa entrevistou cerca de 672 mulheres do estado do Rio de Janeiro, obtidas através de amostragem probabilística, acerca de como era a sua vida familiar, o que pensava e se praticava no tocante ao gênero. Neste caso, a abordagem quantitativa auxilia na verificação da teoria junto à prática, com foco na realidade do estado do Rio de Janeiro. Não é o objetivo deste trabalho, portanto, criar generalizações sociais para o restante do Brasil. Quanto aos testes de hipóteses, estes buscam verificar se: 1) quando a mãe trabalha fora, enquanto a filha é criança, influencia a filha a trabalhar fora, e 2) o nível educacional da filha é sempre maior que o da mãe.

No Brasil, o estudo do uso do tempo, gênero, trabalho e família começam a ganhar espaço a partir de 2001, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), trazendo modificações em relação ao ano de 1999. A PNAD de 2001 ampliou o conteúdo investigativo do tema domicílio e introduziu perguntas em seu questionário sobre número de horas dedicadas aos afazeres domésticos para as pessoas que exerciam afazeres, além do tema trabalho e rendimento (IBGE, 2014).

É possível observar a relevância deste tema, num momento em que mesmo tendo ocorrido um aumento da taxa de participação de mulheres no mercado de trabalho remunerado, as mulheres ainda permanecem responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico não remunerado. Enquanto isso, os homens pouco se responsabilizam por tal, sendo sua participação, muitas vezes, considerada uma simples “ajuda”.

As hipóteses e a justificativa apresentadas estão diretamente atreladas ao problema de pesquisa que deu origem a este artigo. O trabalho doméstico não remunerado constitui o papel de gênero feminino e a condição de ser mulher e, logo, pode ser transmitido aos descendentes enquanto uma herança cultural? Existem fatores culturais/sociais que influenciam a manutenção ou ruptura da sua transmissão?

O objetivo geral desse artigo é apresentar os resultados da pesquisa, a qual buscou descortinar a relação entre papel de gênero, condição feminina e trabalho doméstico não remunerado com a transgeracionalidade enquanto herança cultural, a qual investigou a vinculação desta “hereditariedade” social, em especial de mãe para filha, com relação ao trabalho doméstico não remunerado. Busca-se, assim,

esclarecer o quanto o gênero, além da desigualdade institucional, estrutura a desigualdade dentro da família, ultrapassando os limites geracionais, influenciando os indivíduos através da socialização a qual são submetidos e das características que acumulam. Além disso, a exploração quantitativa associada à construção teórica quis levantar quais as motivações sociais/culturais (como nível educacional, religião, classe social, entre outros) levaram à ruptura ou à manutenção dessa condição do trabalho exercido como um fato atrelado ao gênero.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA MODERNIDADE, TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO E AS CONFIGURAÇÕES ATUAIS DO INSTITUTO DA FAMÍLIA BRASILEIRA

Desde o advento da família patriarcal, individual e monogâmica, a sociedade de classes moderna tirou o caráter público das atividades realizadas em casa, colocando a mulher em uma situação de escravidão doméstica, como atesta Engels em seu livro *A Origem da Propriedade Privada e do Estado* (1884). Surge, então, a divisão sexual do trabalho, que é entendido pelo referido autor enquanto condição básica de toda vida humana. Este fenômeno social se mantém mesmo com a imposição do pensamento único neoliberal, e, logo, permanece sendo a condição para existência social na vida humana, como Marx afirmou no volume 1 da obra *O Capital*, (MARX apud ROCHA, 2012). O desenvolvimento do trabalho mostrou ao ser humano as vantagens de se atuar coletivamente, o que o tornou único no mundo que vivemos, pois é através do trabalho que o homem modifica e domina a natureza ao seu entorno (ENGEL; MARX apud ROCHA, 2013).

Marx e Engels (ENGELS; MARX apud ROCHA, 2012) apontam como a realização da vida humana através do trabalho se concretizou pela produção e pela reprodução deste, repercutindo em todas as áreas de desenvolvimento da vida humana. Dessa forma, Engels analisa a divisão do trabalho produtivo e reprodutivo:

À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Em face de todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quando, numa fase muito recuada de desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabe-

ça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizarem o trabalho projetado por ela (ENGELS apud ROCHA, 2012, p. 35).

Essa vinculação entre produção e reprodução do trabalho ocorrida na sociedade de classes pré-capitalista é vista na sociedade moderna capitalista através da transformação da força de trabalho em mercadoria, alienando esta atividade humana vital e condicionando-a a uma relação social com base no dinheiro, na propriedade privada e no capital (conhecida também na teoria marxista como mais valia³), impactando também as relações de gênero.

A categoria analítica de gênero é definida por Joan Scott (1990)⁴ como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos, e como forma de representar relações de poder em que as representações dominantes e dominadas são apresentadas como inerentes ao ser humano e não passíveis de questionamento. Em complemento, Clara Araújo (2000)⁵ entende o gênero enquanto categoria relacional, ou seja, em que um gênero apenas existe em relação ao outro. Por isso, no processo de dominação do gênero e no seu inverso, observam-se relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres. A autora ainda ressalta uma questão importante para a análise dos dados que virão a ser apresentados neste artigo: o gênero não pode ser analisado desvinculado das bases materiais, dos contextos socioeconômicos concretos, porque é um conceito-meio, e não totalizante, o qual produz o processo de dominação que se estrutura em práticas materiais e na subjetividade humana. Logo, o gênero não pode ser analisado de forma autônoma, com seus próprios significados e símbolos das identidades masculinas e femininas, como se fosse um mero código cultural de representação. Portanto, analisar o gênero por intermédio do trabalho é estudá-lo através da perspectiva estrutural de um sistema político-econômico e não enquanto um símbolo. E, para isso, deve-se usar a categoria trabalho em sua complexidade e não concluir que apenas as relações de poder mercantis afetam uma forma de trabalho que é histórica.

3 “A mais-valia é o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca. Não há, aqui, uma troca injusta, mas o capitalista se apropria dos resultados do trabalho excedente não pago. Isto é possível porque a força de trabalho é a mercadoria que possui a propriedade única de ser capaz de criar valor, constituindo, por isso, o ingrediente essencial da produção capitalista.” (BOTTOMORE, 1988).

4 SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, jul./dez., p. 5-22, 1990.

5 ARAUJO, C. Marxismo e Feminismo, tensões e encontros de utopias atuais. *Revista Presença da Mulher*, n. 37, 2000.

Marx e Engels analisaram o lugar da mulher na sociedade moderna (de classes e da propriedade privada dos meios de produção) e, em sua obra *A Ideologia Alemã* (1977)⁶, afirmaram que a reprodução e a manutenção da vida humana são tão importantes quanto às relações de produção, porque são responsáveis por outro tipo de relação social, permitindo a coletivização da subjetividade humana. Portanto, analisar o gênero enquanto fator de intervenção nas relações sociais é perfeitamente válido dentro da teoria marxista, que, devido à sua concepção materialista da história⁷, analisa o todo e não apenas partes isoladas dos fenômenos sociais.

Para fins deste estudo, considera-se a família moderna, enquanto uma instituição que tem por função reproduzir a opressão contra a mulher, isso porque está vinculada à ideia da propriedade privada, pode e deve ser transformada e não, necessariamente, extinguida (MARX apud ROCHA, 2012). Considera-se ainda que, por mais que o significado da palavra “revolução” na teoria marxista⁸ seja o processo de rompimento de um sistema sociopolítico-econômico, para este artigo o uso do termo “revolução de gênero” serve para identificar, no curso da história, os avanços dos direitos das mulheres no capitalismo, que visam alterar o padrão patriarcal e transformá-lo a partir da premissa apresentada por Goldstone (1996)⁹ e Losurdo (2004)¹⁰. Tal premissa trata as revoluções como fenômenos complexos

6 MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

7 “Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que delas participam, as teorias políticas jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a convertem-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante” (ENGELS, 1985, p.547, grifos do autor).

8 Concepção de um processo histórico e materialmente situado originando conflitos, hierarquias e instituições (ARAÚJO, 2001) e que significa um salto cataclísmico de um modo de produção para o seguinte. Este salto seria provocado por uma convergência de conflitos: entre as velhas instituições e as novas forças produtivas que lutam pela liberdade, e, menos impessoalmente, entre as classes dominante e dominada dentro da velha ordem, e entre a primeira e uma nova classe nascida para desafiá-la, até que, ao nível da revolução socialista, a velha classe explorada e a nova classe dominante fossem a mesma coisa (BOTTOMORE, 1988). Contudo, percebe-se uma flexibilização com relação ao uso deste conceito e seu significado já quando Engels escreve *O papel da violência na história* (1887) ao se referir a unificação da Alemanha feita por Bismark, que não atendia nenhum dos requisitos acima destacados.

9 GOLDSTONE, Jack A. “Revolução”. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 663-666.

10 LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

e contraditórios, sem um sentido ou direção pré-definida, que podem ter caráter político ou não, podendo ser ou não violentas.¹¹

Hirata (2002)¹² traz a ideia de que a divisão sexual do trabalho é a divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, modulada histórica e socialmente, e tem por característica a atuação dos homens na esfera produtiva, enquanto as mulheres atuam na esfera reprodutiva, apropriando-se os homens das funções com maior importância social. A autora apresenta dois princípios para o plano conceitual da categoria de análise, o da separação e o da hierarquia. O primeiro significa que há trabalho de homens e trabalho de mulheres, ao passo que o segundo trata que o trabalho de homem vale mais que o trabalho de mulher (HIRATA; KERGOAT, 2008)¹³. É importante salientar que, observando a sociedade atual, a divisão sexual do trabalho se modificou, tendo muita plasticidade, variando no tempo e no espaço, tendo inclusive melhorado a condição feminina, mas mantendo a distância entre os gêneros.

Cabe agora conceituar o que seria o trabalho feminino. Segundo Madelein Guilbert (1966)¹⁴, o trabalho feminino tem as seguintes características: menor intensidade do esforço físico, menor grau de dificuldade ou complexidade, caráter repetitivo mais nitidamente marcado, predominância de tarefas manuais, séries mais longas, necessidade de maior rapidez e caráter mais sedentário. Essa caracterização ocorre devido à feminização do trabalho, que coloca neste fenômeno social características decorrentes das práticas atrelada ao papel da mulher, como o trabalho doméstico e de cuidado. Isso reafirma a dominação de gênero nas atividades sociais, que desloca a mulher para o espaço privado e mantém o homem no público.

Essa relação entre público e privado é importante quando se fala em divisão sexual do trabalho, pois é na esfera pública onde ser humano é visto, ouvido e exerce a cidadania – ou seja, é considerado um ser coletivo (ARENDE, 2005)¹⁵. Portanto, é também nesta esfera que o trabalho produtivo remunerado ocorre, enquanto à esfera privada estão atrelados o trabalho doméstico e o cuidado. Ao

11 Os exemplos são a revolução científica ou revolução cultural, e o que Nobert Elias (2006) discute sobre processos civilizatórios e descivilizatórios e a não necessidade de linearidade e tensão presentes no processo de mudança social.

12 HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?*. São Paulo: Boitempo, 2002.

13 HIRATA, Helena; KERGOAT, D. “Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão”. In: BRUSCHINI, et al. *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

14 MADELEINE Guilbert. *Les Fonctions des femmes dans l'industrie*. Paris; La Haye: Éditions Mouton, 1966

15 ARENDE, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2005.

privar a mulher da esfera pública, o homem a torna a primeira escrava do sistema capitalista (ENGELS, 1985), deixando-lhe o trabalho doméstico, que, na maioria das vezes, é não remunerado. A mulher perde, assim, seu direito à cidadania, ao seu lugar no mundo, sendo desvalorizada pelo trabalho que exerce. Esta desvalorização é nociva às relações sociais, porque diz ao homem que ele tem maior valor que a mulher, já que o empregador e o Estado ignoram que a realização das tarefas reprodutivas pelas mulheres (limpar, cozinhar, cuidar das crias e dos idosos) é importante e merecedor de valor. Esse trabalho invisível libera mão de obra para a produção, barateando-a, porque não há o pagamento da força de trabalho feminina pelos serviços prestados, como também desresponsabiliza o poder público, que, por sua vez, não cria mecanismos que prestem serviços como restaurantes, lavanderias e creches populares.

Com o passar das décadas, com a luta feminista e de acordo com a necessidade do mercado, as mulheres foram ocupando vagas no mercado de trabalho produtivo, porém sem serem liberadas do trabalho doméstico. Esta tensão gerou mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres e está “impondo uma agenda de luta por políticas públicas e de mudança dos estereótipos quanto ao papel da mulher” (ROCHA, 2012, p. 58). Este é o fenômeno social que Esping-Andersen (2009) e Peter McDonald (2013) chamam de *revolução incompleta de gênero*.

Segundo Therborn (2015), o patriarcado foi o grande perdedor do século XX, pois ocorreram mudanças globais de forma muito rápida e profunda no que se refere às relações de gênero. Ele endossa que as mudanças nas relações familiares e políticas guardam ligação com os processos sociais e econômicos da sua própria época. Portanto, é necessário que mudanças socioeconômicas aconteçam para que os avanços ideológicos e políticos sejam possíveis. Por exemplo, Therborn vincula o fato do patriarcado ter sido o grande perdedor no século XX devido à secularização do Estado, à maior escolarização e à educação das meninas, às Revoluções, que ocorreram nos momentos supracitados, e para a América do Sul e a África Meridional, graças à democratização nos anos 80 e 90, como sendo as principais mudanças que tornaram viáveis os efeitos da despatriarcalização (THERBORN, 2015, p. 114 e 121). Esta relação de causalidade ganha suporte na teoria marxista já apresentada, que afirma que fatores econômicos não respondem a toda história humana, mas que não é possível desvinculá-los ao se analisar situações que tenham a aparência de uma questão sociocultural (ENGELS apud ROCHA, 2012, p. 44).

A revolução de gênero é considerada, então, incompleta em todos os países do globo, porque ainda existe uma diferença significativa entre a divisão igualitária das responsabilidades econômicas na esfera pública e a divisão igualitária dos deveres

domésticos e do cuidado infantil na esfera privada (LAPPEGÅRD, 2017). Afinal, a despatriarcalização ocorreu em alguns âmbitos das relações sociais, enquanto que nas demais as relações de poder de gênero permanecem preservadas. Os avanços aconteceram, de uma forma geral¹⁶, na esfera dos direitos políticos (votar e ser votada) e dos direitos civis (descriminalização do divórcio, legalização da mulher enquanto chefe de família, fim da proibição ou da necessidade de autorização do pai/marido para entrada no mercado de trabalho ou realização dos estudos). A saída da mulher para o mercado de trabalho, impulsionada pela Revolução Industrial, pelas recessões econômicas, pelas Guerras e pela falta de políticas públicas, foi um dos fenômenos sociais mais impactantes para sociedade e para a vida da mulher, porque significou o retorno da “primeira escrava” da sociedade de classes, como se refere Bebel¹⁷, para o espaço público. Contudo, essa participação não foi revertida em uma maior participação do homem no espaço privado, no trabalho doméstico. O impacto disto gerou na vida da mulher aquilo que se chama de jornada dupla de trabalho, em que a mulher, além de cumprir a jornada produtiva de trabalho, cumpre a jornada reprodutiva/doméstica de trabalho. Esping-Andersen (2009) aponta o mesmo de outra forma. Itaboraí (2016) destaca que para ele,

as mulheres experimentam uma “masculinização” de suas biografias mais na esfera do comportamento econômico do que na vida familiar, enquanto os homens não experimentam uma correspondente “feminização” de suas trajetórias que implicaria na dedicação à vida familiar e aos trabalhos domésticos e de cuidado (ITABORAÍ, 2016, p. 218).

Em outros termos, é possível dizer que algumas condições do papel de gênero masculino foram absorvidas pelas mulheres, sobretudo no que se refere ao trabalho e à ocupação do espaço público. Porém, o inverso não ocorreu com os homens, fazendo com que eles não absorvessem algumas condições do papel feminino, como as tarefas domésticas. Muitas estudiosas sobre o assunto já vêm denunciando a condição feminina enquanto uma “prisão” ao espaço privado, como Juliet Mitchell em *Mulheres: a revolução mais longa* (2006)¹⁸, que relaciona a capacidade de controle da concepção da mulher a esta possuir maior ou menor autonomia do

16 Para fins de análises locais, é necessário considerar a expressiva desigualdade entre mulheres e as suas interseccionalidades (raça e classe) em aspectos como trabalho, violência, contracepção ou acesso à tecnologia (ITABORAÍ, 2016, p. 216).

17 “[...] a mulher foi o primeiro ser humano a ser submetido à escravidão. Ela foi escrava antes que o escravo o fosse” (BEBEL apud SAFFIOTI, 1976, p. 84).

18 MITCHELL, Juliet. *Mulheres: a revolução mais longa*. Revista *Gênero*, v. 7, n. 1, 2006.

espaço privado. Por isso, Simone de Beauvoir (1980)¹⁹ tratava a evolução desta condição no início do século XX como a convergência entre a participação na produção e a libertação da escravidão da reprodução.

Quando se observa o uso do tempo sob uma perspectiva de gênero, percebe-se, num maior ou menor grau, a depender da situação socioeconômica do país e da classe pertencente, que mulheres usam muito mais seu tempo com as tarefas domésticas não remuneradas do que os homens, constituindo o lar um ambiente majoritariamente feminino (*GenuineProgress Index for Atlantic Canada- GPI ATLANTIC*, 2000²⁰; *Australian Bureau of Statistics - AUSSTATS*, 2002²¹; Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2003²²). Logo, é na esfera privada das casas, nas relações familiares, que ainda se observa o patriarcado atuando, mantendo mulheres com a maior parte, quando não toda, da responsabilidade sobre as tarefas domésticas não remuneradas. Segundo Nathalie Itaboraí (2016), completar a revolução na condição feminina supõe (re)unir seus braços público e privado, a fim de constituir políticas públicas para articular família e trabalho, tratando a questão do cuidado de crianças como bem público. E, para isso, é fundamental entender, conforme apresenta Okin (2008)²³, que a vida pessoal, particularmente das relações entre sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem, tipicamente, sido vista como a face distintiva do político (Itaboraí, 2016). Portanto, não cabe interpretar de forma isolada a vida doméstica, pessoal, da vida política, pública.

Como Simone Wajzman (2016) bem explica, a revolução de gênero se processaria, na primeira fase, com a saída da mulher do lar para o mercado de trabalho, desestabilizando o modelo familiar tradicional que prevaleceu no pós-Guerra do tipo chefe de família/dona de casa (*breadwinner/homemaker*). Antes de tratar deste modelo familiar em específico, é importante frisar que o instituto da família ganha relevância neste trabalho, pois é entendido como o *locus* onde se exerce o trabalho doméstico não remunerado, onde estão os indivíduos para quem a mulher exerce o dever do cuidado.

19 BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

20 GPI Atlantic. *Workandlife: balancingpaidwork, unpaidwork, andfree time*. Glen Haven, Canadá: GenuineProgress Index for Atlantic, 2000. Disponível em: <http://www.gpiatlantic.org/ppt/timeuse/workandlife.pdf>

21 *Ausstats*. *Work — unpaidwork: howcouplessharedomesticwork*. Australian Social Trends 1999, Canberra, Australian Bureau of Statistics, 2002. Disponível em: <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/o/f137bcef980be2caca25699f0005d62d?OpenDocument>

22 OIT. *La hora de laigualdad en el trabajo: informe global con arreglo de la Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo*. Ginebra: OIT, 2003. (Conferencia Internacional del Trabajo, 91).

23 OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado, o público e o privado. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

Para a teoria marxista, o conceito de família está profundamente marcado pela obra já citada de Engels (1985):

[...] em que este argumenta que a família burguesa tem seu fundamento material na desigualdade entre o marido e a mulher, com esta produzindo legítimos herdeiros para a transmissão da propriedade em troca de cama e mesa. Engels definiu essa relação como uma forma de prostituição, contrastando o casamento mercenário burguês com o verdadeiro “amor sexual” que podia florescer no seio de um proletariado em que marido e mulher alcançavam a igualdade na exploração resultante do trabalho assalariado (BOTTOMORE, 1988, p. 237).

Deste modo, a família também era pensada através do conceito de classe social, em que a família proletária tinha mais condições de promover a igualdade entre homens e mulheres, sendo a relação de poder entre gêneros algo próprio da ideologia das classes dominantes. Os autores da Escola de Frankfurt aprofundaram o conceito trabalhado por Engels, entendendo-a como “uma instituição social e uma ideologia, a despeito de ter um caráter aparentemente privado” (BOTTOMORE, 1988, p. 238).

Partindo disso, Bourdieu entende a família enquanto sujeito cuja posição central no quadro social das desigualdades impacta, diretamente, nas maneiras em que elas se produzem e reproduzem. Por isso, ela, enquanto um dos dispositivos hegemônicos onde se troca informações para e entre todos os sujeitos, independente de faixa etária (bem como a escola, publicidade, mídia, etc.), transforma-se de acordo com a necessidade das estratégias para reprodução da herança cultural e da naturalização das distinções sociais (CATANI, 2017, p. 196). Pode-se concluir que o surgimento de uma variedade de arranjos familiares ganha sentido com as mudanças no processo de acumulação de capital – industrialização e urbanização (BIROLI, 2014, p. 14), bem como com o advento da defesa da diversidade, enquanto pauta de direitos humanos após o fim da II Guerra Mundial. Apesar de, ao mesmo momento, ocorrer um reforço da importância do formato tradicional de família (chefe de família/dona de casa), enquanto uma reação às pautas feministas da época²⁴, já que família é articulada e difundida enquanto ideologia (BIROLI, 2014, p. 11).

24 “Betty Friedan e Simone de Beauvoir, em meados do século XX, definiram a vida doméstica como uma espécie de escravidão, que restringia as experiências, embotava as faculdades mentais e o senso prático e limitava as competências e os horizontes das mulheres” (BIROLI, 2014, p.88).

No Brasil, verifica-se essa pluralidade de arranjos familiares quando se analisa a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2010.

Há menos famílias constituídas por casais com filhos hoje do que havia no início dos anos 1990. Ao mesmo tempo, aumentaram as famílias constituídas por casais sem filhos e as famílias unipessoais, isto é, as unidades domiciliares formadas por uma só pessoa. Aumenta, também, o número de casamentos e arranjos familiares que se distanciam da norma heterossexual, com casais e pais, formados por pessoas do mesmo sexo. Há hoje cerca de 60 mil indivíduos, no Brasil, que compartilham as responsabilidades pela vida doméstica, com ou sem filhos, com um cônjuge do mesmo sexo (IBGE apud BIROLI, 2014, p. 25).

Essa diversidade dos arranjos familiares, além de se relacionarem atualmente com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e outros fatores, tem uma vinculação histórica que é importante ser levantada. A partir do artigo escrito por Eni de Mesquita Samara (2002), nota-se um Brasil profundamente marcado pela escravidão iniciada com o tráfico de escravos para a produção nos engenhos canavieiros e a exploração das minas de ouro, e também pelo processo de exclusão social pós-abolição dos negros e seus descendentes, fazendo com que a pobreza fosse ganhando cor no curso dos séculos XVIII e XIX.

Este fenômeno social resultou em mescla de raças e separações familiares, fazendo com que mulheres pobres e/ou negras cuidassem dos seus filhos sem um referencial masculino, sendo responsáveis também pelo sustento do lar. Samara (2002) apresenta que a necessidade de trabalhar das mulheres pobres e negras desde antes da pauta feminista pelo acesso ao mercado de trabalho, garantiu que a monoparentalidade e famílias não extensas já existissem e que a família do tipo “tradicional patriarcal” não fosse predominante, conforme resultado da sua pesquisa à época dos 150 anos de Censo Geral do Brasil, que trata de uma comparação dos dados coletados em 1872 e 1996²⁵. Portanto, ao tratar de arranjos familiares, é necessário analisar a trajetória histórica até a atualidade de cada local para entender o seu desenvolvimento, porque, sendo o instituto da família um

25 “Tudo indica, portanto, que ao menos na primeira metade do século XIX, os domicílios de pessoas pobres eram, geralmente, chefiados por mulheres, que contavam com o trabalho da família para a sobrevivência do fogo. [...] Em todos os lares era comum a liderança feminina, organizando as tarefas, gerenciando os pequenos negócios e exercendo o controle da família, o que, sem dúvida, fugia à regra do modelo patriarcal” (DIAS, 1984; SAMARA, 1989 apud SAMARA, 2002).

produto de uma ideologia da classe dominante que é definido pela lei, a definição de um determinado arranjo, enquanto padrão, não necessariamente se relaciona com o que é observado socialmente entre os indivíduos e os grupos sociais.

A escolha da família patriarcal, enquanto padrão, pode ser explicada de diversas formas, mas é importante salientar a que mais obteve respaldo no século passado: a teoria da especialização da família, criada por Gary Becker²⁶ (1976), que levou as análises microeconômicas e a teoria econômica neoclássica²⁷ para o comportamento e a interação humana, sendo um dos seus temas a distribuição do trabalho e a alocação do tempo dentro das famílias. Becker utiliza da teoria econômica do Capital Humano²⁸ para analisar as relações familiares e a sua utilidade para apresentar a eficiência da divisão sexual do trabalho na sociedade. Com base nisso, na teoria neoclássica, no que ela trata por premissas sociais²⁹, o autor entende que família se assimila a uma empresa, sendo sua formação ou dissolução uma questão de utilidade social, posto que a maior ou a menor utilidade varia perante a sociedade e está relacionada à quantidade e à qualidade da produção obtida pela família. Para o autor, a produção de filhos era o que havia de maior valor social na ideia de casamento-empresa, já que isso não era possível de ser comprado, valorizando-se, assim, a relação heterossexual. Deste modo, a mulher tinha o trabalho especializado na reprodução. Posner, McKenzie e Tullock aplicaram à teoria da especialização familiar de Becker o método da economia de escala³⁰, apresentando que a inequidade dos papéis de gênero é aceitável, inclusive

26 Economista estadunidense e professor da Universidade de Chicago, publicou em 1964 o livro *Human Capital*, uma obra de referência nos estudos sobre investimentos na formação dos trabalhadores onde a discussão se amplia com o desenvolvimento da análise sobre a economia da família, utilizando como base do programa de investigação a teoria do capital humano. Em 1976, publicou o livro *The Economic Approach to Human Behavior*.

27 A teoria econômica neoclássica tem por princípio a ideia de que o indivíduo faz as escolhas de suas ações, visando aumentar sua satisfação pessoal, sendo esta representada através de funções determinadas de “funções de utilidade”.

28 Becker define Capital Humano como “la inversión en dar conocimientos, formación e información a las personas; esta inversión permite a la gente dar un mayor rendimiento y productividad en la economía moderna y aprovecha el talento de las personas” (FISHER apud BECKER, 2002, p. 26).

29 Para Becker, duas são as premissas das quais se deve partir para a análise econômica do casamento: i) como ato voluntário que é, um indivíduo somente virá a se casar se o nível esperado de utilidade obtida a partir da formação da união vier a superar aquela operada caso permaneça solteiro; ii) verificando-se que homens e mulheres solteiros competem, entre si, na busca do parceiro adequado, detectável é a existência do chamado “mercado de casamento”, no qual cada indivíduo busca o melhor cônjuge, enfrentando, para tanto, as restrições inerentes ao mercado matrimonial. Ademais, a análise econômica da família parte também da premissa de que as preferências dos indivíduos raramente alteram-se em curto período de tempo, caracterizando-se o mercado matrimonial como relativamente equilibrado no que tange às preferências nele manifestadas, o que vem, assim, a facilitar seu estudo sob o enfoque econômico” (FERREIRA apud BECKER, 1976, p. 206).

30 “Economia de escala é aquela que organiza o processo produtivo visando à máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, procurando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços. Tal noção, aplicada à produção familiar, é também

desejável, pois as diferenças e a especialização de papéis seriam complementares entre eles e diminuiriam o custo da produção.

Em suma, segundo os autores supracitados, homens e mulheres deveriam cumprir um papel social diferente e complementar, entendendo que, destes papéis de gênero masculino e feminino, cada um seria “especializado” em cumprir determinada tarefa, de realizar determinado trabalho. Deste modo, homens ficaram com “saída para caçar” o sustento da família por meio do trabalho produtivo e as mulheres ficaram com o cuidado do lar, das crianças, dos idosos e do marido. Com essa especialização, o trabalho seria mais eficiente, a divisão entre mercado e produção doméstica seria benéfica e isso geraria os ganhos esperados pelos indivíduos que se submeteram a este arranjo família, sendo, assim, útil.

Posteriormente, a teoria do capital humano passou a ser um dos motivos para que o modelo familiar “chefe de família - dona de casa” fosse questionado enquanto o padrão social. Tendo em vista que capital humano consiste em conhecimento técnico, com a educação assumindo caráter de investimento e função estratégica na definição dos princípios fundamentais da estrutura social (SAUL, 2004, p. 241), fora possível concluir que as mulheres, ao terem mais acesso à educação, logo, ao capital humano, em especial ao ensino superior, passaram a buscar novos arranjos familiares, que lhes proporcionassem um equilíbrio das atividades, de fato, e não apenas uma falsa noção de igualdade entre homem e mulher³¹.

Com a redução da especialização no interior da família, a qual valorizava e dava suporte ao arranjo familiar tradicional, junto a outros facilitadores burocráticos (como aprovações de lei do divórcio e diminuição dos trâmites cartorários), os divórcios e o arranjo da coabitação passaram a ser mais observados, tornando as famílias mais diversas a partir da década 90 (GOLDANI, 1994) e fazendo cair a taxa de natalidade (CENSO IBGE 2003, 2005, 2006). Estes acontecimentos têm profunda relação com a segunda metade da revolução de gênero que se encontra incompleta e

abordada por McKenzie e Tullock em: MCKENZIE, Richard B.; TULLOCK, Gordon. *La Nueva Frontera de La Economia*. Madrid: Espasa-Calpe, 1980. p. 146.” (FERREIRA, 2013, p. 6944)

31 Peter McDonald (2000) apresenta a distinção entre a equidade de gênero e a igualdade de gênero, sendo a segunda a concepção mais facilmente observada bastando comparar os resultados de homens e mulheres em áreas como educação, emprego, salário, participação nos espaços políticos e de poder, saúde e outros. Já a primeira (equidade de gênero) trata sobre as percepções de justiça e oportunidade para cada gênero, podendo os resultados de homens e mulheres variarem a depender se homens e mulheres encaram os resultados como justos ou não tão injustos, e a depender se há equidade de oportunidade ao invés de equidade de resultados, afinal, uma mulher pode obter o mesmo resultado do que o homem, mas quanto menos oportunidade ela possuir, mais difícil será o percurso até esse resultado. Logo, aplicada esta noção de McDonald às relações de gênero no modelo tradicional chefe de família-dona de casa defendida por Becker, pode-se considerar que haveria uma falsa igualdade e que não haveria equidade porque ainda que atingisse os mesmos resultados, as oportunidades oferecidas seriam diferentes devido ao tipo de esfera que cada gênero ocupa.

que atingiu diversas sociedades simultaneamente. A partir daí, para a continuidade das parcerias entre a mulher e o homem, os homens foram chamados a ocupar mais a esfera doméstica para sanar o desequilíbrio nesta, onde as mulheres ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e de cuidado, mesmo tendo passado a contribuir de forma significativa para a vida financeira familiar com seu trabalho remunerado (WAJNMAN, 2016).

Com base nisso, Esping-Andersen e Billari (2015)³² avaliam que um novo equilíbrio na relação homem-mulher é possível desde que parcerias igualitárias sejam desenvolvidas. Destaca-se que esse desenvolvimento é variável de país para país, de sociedade para sociedade. Deste modo, na visão dos autores, a baixa taxa de fecundidade e a generalização dos divórcios poderão ser revertidas, bem como a taxa de participação feminina no mercado de trabalho elevada. Cherlin (2016)³³ e Goldscheider (2015)³⁴ são menos entusiasmados que Esping-Andersen e Billari, porque, como a variação ocorre de país para país, na opinião deles, o processo revolucionário de gênero levará décadas ou até mesmo séculos para ser completado. Wajnman (2016) ressalta ainda que assim como há diferenças entre países, há também diferença entre classes sociais, de modo que os padrões de comportamento são muito díspares, tornando as relações mais igualitárias de gênero um privilégio para os mais ricos e mais educados.

Para esse artigo, o objetivo é entender de que forma essa revolução de gênero atuou no Brasil, em especial no Rio de Janeiro – estado que compõe a região sudeste, a mais rica do país –, sem esquecer-se das suas particularidades, como a escravidão enquanto fenômeno formador da sociedade brasileira, fluminense e carioca. De acordo com Wajnman, o Brasil parece estar estagnado na primeira fase da revolução de gênero, tendo em vista que ainda não há oportunidades iguais para a mulher acessar ao mercado de trabalho, restando a ela o trabalho doméstico ou de cuidado, o subemprego ou o trabalho precário³⁵. A crise econômica, que

32 ESPING-ANDERSEN, G.; BILLARI, F. Re-theorizing family demographics. *Population and Development Review*, v. 41, n. 1, p. 1–31, 2015.

33 Cherlin, A. J. A happy ending to half-century of family change?. *Population and Development Review*, v. 42, n. 1, p. 121-129, 2016.

34 GOLDSCHIEDER, F. BERNHARDT, E. LAPPERGARD, T. The gender revolution: a framework for understanding changing family and demographic behavior. *Population and Development Review*, v. 41, n. 20, p. 207–239, 2015.

35 “Subemprego caracterizar-se-ia por uma situação de trabalho em que a produtividade da mão-de-obra seria muito baixa, (...) ou uma renda mensal baixa relativamente aos padrões vigentes ou a dedicação ao trabalho em período mais curto que o normal, normalidade esta dada pelos padrões capitalistas” (AZEVEDO, 1985); e trabalho precário é aquele que o “trabalho incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo. Exemplos de trabalho precário incluem atividades no setor informal e empregos temporários no setor formal” (KALLEBERG, 2009).

vem se desenrolando desde 2008, afetou notadamente as mulheres, impedindo o avanço da atividade econômica formal feminina e aumentando os índices de desemprego, subemprego e trabalho precário, se comparado aos mesmos índices do homem (WAJNMAN, 2016, p. 53), em especial para mulheres casadas e com filhos. Isso vai diretamente de encontro à promoção de parcerias igualitárias, em arranjos os quais mulheres e homens tenham as mesmas possibilidades com relação ao seu uso do tempo. Nas pesquisas realizadas sobre o acesso do homem e da mulher ao mercado de trabalho no país, o que se vê é que a vida da mulher é fortemente impactada quando ela possui um cônjuge, filho em idade pré-escolar e/ou um filho em idade escolar. Esse impacto é negativo, pois diminui as chances dela participar do mercado de trabalho em trabalhos que não sejam precários, ou não sejam jornadas parciais, ou ainda não sejam autônomos. O “custo-marido” e o “custo-filho” afetam inclusive o salário dessas mulheres, chegando a uma redução de até 32% do salário-hora da mulher, enquanto apenas 21% do salário-hora do homem são afetados (WAJNMAN, 2016, p. 54).

No que se referem ao trabalho doméstico não remunerado, as pesquisas são mais surpreendentes. Quando a mulher ainda é filha em uma família, ela é mais penalizada a exercer esse tipo de trabalho do que o homem, atingindo a marca de 8 horas semanais a mais do que os homens. Quando ela passa a morar sozinha e é a referência em seu domicílio, e não possui filhos, há uma redução de uma hora de trabalho semanal. Quando passa a haver um cônjuge, o uso do tempo para a mulher no trabalho doméstico atinge 14 horas de trabalho semanal; e quando há a combinação cônjuge e filho(s), o uso do tempo para trabalho doméstico não remunerado atinge a marca de 19 horas semanais. Ser mãe solteira e estabelecer um arranjo familiar monoparental abaixa o gasto desse tempo, se comparado ao último resultado. Porém, não se pode afirmar se isso ocorre devido à necessidade de um trabalho remunerado ou porque há, de fato, uma melhor divisão do trabalho doméstico com outros integrantes da família. A autora ainda elenca as particularidades do país, como o fato de ser fácil terceirizar parte do trabalho doméstico à outra pessoa, em especial outra mulher (WAJNMAN, 2016, p. 55).

Na análise feita por Regina Madalozzo, Sergio Ricardo Martins e Ludmilla Shiratori (2010), que utilizou os dados da PNAD de 2006, as mulheres que possuem maior nível educacional e são casadas conseguiriam mais ajuda do seu cônjuge do que as menos escolarizadas. E, provavelmente, os maridos mais bem educados teriam a noção de que é necessário que ele, mesmo sendo homem, deveria contribuir no trabalho doméstico. É importante salientar que no Brasil o aumento do grau de educação implica em provável aumento de renda, ou seja, há a influência do

pertencimento de classe. Outra característica que foi observada por estes autores é a de que a mulher que trabalha fora de casa e contribui para a renda familiar tem mais poder de barganha, ou seja, a capacidade de influenciar nas decisões da casa, tendo, inclusive, maior efeito na busca pela divisão equânime na participação no trabalho doméstico do que a de menor educação/poder intelectual (MADALOZZO, 2010, p. 558). No Brasil, vale destacar que a grande causa das desigualdades de oportunidades se dá em função do papel de cuidadoras atribuído e cumprido, majoritariamente, pelas mulheres, mesmo com a taxa de fecundidade em declínio. Contudo, esse fenômeno não é homogêneo. A dimensão de classe ganha relevância, por exemplo, porque uma mulher de classe mais alta pode contratar uma empregada doméstica e, dessa forma, conciliar melhor o espaço público e privado, ao passo que uma mulher de classe mais baixa se dedica mais ao trabalho doméstico e ao cuidado (WAJNMAN, 2016, p. 57).

Para Itaboraí, a revolução incompleta de gênero nas famílias brasileiras se dá nas manutenções das diferenças com relação: ao tempo gasto por homens e mulheres adultos no trabalho doméstico e no remunerado; a quem cuida das crianças pequenas e quantas têm acesso a creches e pré-escolas; à socialização dos filhos quanto aos usos do tempo em trabalhos domésticos e remunerados. Então, se homens gastarem menos tempo com trabalho doméstico não remunerado do que as mulheres e não serem os primeiros responsáveis pelo cuidado de crianças pequenas, as famílias com menor poder aquisitivo têm pouco ou não têm acesso a creches e pré-escolas. Isso acaba por incentivar que as mulheres cumpram dupla jornada de trabalho ou abdicuem do trabalho remunerado para realizar o trabalho de cuidado. Existir diferença entre a divisão de tarefas entre filho e filha, sendo a última incumbida de gastar seu tempo com trabalho doméstico em maior grau do que o primeiro, trata de fenômenos sociais que denotam a revolução incompleta de gênero, que variam ao observar a classe a qual a família pertence. Essas diferenças são mantidas mesmo com o engajamento profissional feminino estando próximo do masculino, como observado nos últimos anos, e muito se relaciona com a rejeição da identidade de dona de casa ou, pelo menos, com a crítica social da dedicação exclusiva ao trabalho doméstico (ITABORAÍ, 2016, p. 101).

Bruschini e Ricoldi (2012)³⁶ apontam que o trabalho doméstico feito pelos homens é considerado uma “ajuda”, pois, além do entendimento de que essa é uma função feminina, a participação deles é condicionada pela sua jornada de trabalho

36 BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos feministas*, v. 20, n. 1, jan./abr., p. 259-287, 2012.

remunerada. Identificam ainda que, quanto maior a escolaridade do homem, mais ele dedica seu tempo ao trabalho doméstico, ao passo que, quanto maior a escolaridade da mulher, menos ela o faz, e a dedicação deste tempo cai quanto maior a renda, levantando a possibilidade de contratação de empregada doméstica. Sorj (2004)³⁷ aponta que mulheres casadas dedicam mais o seu tempo ao trabalho doméstico que os seus cônjuges, mesmo que uma ampla maioria delas concorde que a divisão das tarefas devesse ser igualitária. Complementar a essa análise, Araújo e Scalon (2005)³⁸ apresentam que os valores acerca da igualdade de gênero e da prática com relação a divisão sexual do trabalho são dissonantes. Primeiro, porque, apesar do modelo tradicional familiar “homem provedor e mulher cuidadora” ser questionado, o trabalho feminino é entendido como auxiliar. Segundo, porque a maioria dos homens apenas realizava atividade doméstica quando eram necessários pequenos consertos do ambiente doméstico. Terceiro, porque não há entre as mulheres o sentimento de injustiça sobre realizarem mais o trabalho doméstico do que os homens, revelando a naturalização deste papel de gênero.

Essa naturalização também é observada quando se analisa a socialização dos filhos e filhas no que se refere ao trabalho doméstico não remunerado. Além da desigualdade de realização desse trabalho entre gênero nessa faixa etária, é possível induzir que “o modelo idealizado de infância integralmente dedicado ao estudo e ao brincar não está disponível a todos” (ITABORAÍ, 2016, p. 126), ou seja, que os filhos da burguesia tendem a serem dispensados da realização das tarefas domésticas, o que favorece a manutenção da desigualdade de classe, já que acabam liberados para investir este tempo em atividades que lhes garantam maior capital humano. Itaboraí (2016, p. 122) traz no seu estudo a análise de Neves (1982)³⁹, onde é mostrado que os filhos das classes mais baixas são considerados independentes mais cedo, se responsabilizando pelos irmãos e pela casa, nos casos em que as dificuldades financeiras levam a mãe a exercer o trabalho remunerado. E que, nas camadas onde não se tem acesso pleno a creches e pré-escolas e não há a possibilidade de contratação de emprego doméstico, é construída uma rede de solidariedade entre parentes femininas e vizinhas para que a criança não fique sem cuidado.

37 SORJ, B. “Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado”. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; DE OLIVEIRA, S. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

38 ARAUJO, Clara. SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2005, 304p.

39 NEVES, D. P. “Nesse terreiro, galo não canta”. In: Encontro Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais, 6, 1982, Friburgo.

Itaboraí (2016) ainda apresenta a pesquisa de Whitaker (2002), onde foram observadas diferenças no lazer de meninos e meninas e mães e pais, indicando que as crianças observam essas diferenças não como algo sofrido para mãe e para menina, mas como algo prazeroso para ambas⁴⁰. Foi observado também que meninos são recrutados mais cedo para o mercado de trabalho do que as meninas, indicando também aquele valor do homem provedor, e que as meninas permanecem mais tempo estudando, sendo uma via para ascensão e transformação da condição social. Contudo, o que seria um bônus é percebido também como ônus, já que esse incentivo ao estudo se dá para, no final, ocupar vagas em trabalhos com baixa exigência de especialização e dedicação de tempo, e não disputar com homens pelas vagas de trabalhos com características opostas e, também, mais bem remunerados, como afirma England (2010)⁴¹. Isto leva as mulheres a dois caminhos: ou assumir os trabalhos domésticos e aceitar a pouca oportunidade ou retardar o casamento e a fecundidade, em prol da ascensão profissional e da busca por maiores oportunidades (ITABORAÍ, 2016, p.129).

Estes pontos apresentados são cruciais para entender o porquê da relevância de se estudar a transgeracionalidade pela perspectiva de gênero e a influência do processo de socialização na cristalização da diferenciação dos papéis de gênero, atribuindo à mulher uma condição para realização de um tipo de trabalho. E, junto a isso, é fundamental considerar que mudanças na composição da população podem afetar essa transgeracionalidade, como mudanças na renda, a escolaridade, o capital social e a herança cultural.

A TRANSGERACIONALIDADE DO PAPEL DE GÊNERO, SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL SOCIAL E A HERANÇA CULTURAL

Como já foi abordado, o gênero e a condição feminina são categorias sociais, nas quais a primeira denota uma relação de poder hierárquica entre homens

40 Esta redação impressiona pela descrição de todas as tarefas que a menina e a mãe faziam aos domingos arrumando casa, limpando quintal, fogão, geladeira! A menina descreveu, ainda, com muita alegria, um domingo em que a casa se encheu de parentes. Feliz por brincar com os primos, ela não reclama, ao contar como o pai ordena que pegue o guaraná que estava na geladeira: “Vai logo, menina, não demora”. E a casa cheia de meninos! Na hora de arrumar a “bagunça”, as meninas são recrutadas. A menina descreveu a cena com muita graça: “Meus primos e meus irmãos falaram – vem logo ‘hein’ para nós acabarmos de brincar. Minha mãe e minha tia falaram *Vocês vão limpar a cozinha*”. As meninas estavam em geral muito conscientes da necessidade que as mães têm de descansar. Era um padrão recorrente no conjunto das redações das meninas. Mas nunca propunham que os meninos ajudassem. Mostravam-se então ansiosas por aliviar a carga da mãe sem lamentarem a própria carga decorrente (WHITAKER, 2002, p. 18-19 apud ITABORAÍ, 2016, p. 128; grifos colocados).

41 ENGLAND, P. The gender revolution: unever and stalled. *Gender & Society*, v. 24, n. 2, p. 149-166, 2010.

e mulheres, ao passo que a segunda é um conjunto de aspectos que formam o universo das mulheres (RAMOS, 2011). Essa hierarquização dos corpos, que organiza as obrigações dos indivíduos de ambos os gêneros, determina os seus papéis sociais. Logo, gênero é um efeito de todo um discurso em torno da anatomia e não algo limitado a ela (PINTO apud RAMOS, 2011). A condição feminina decorre deste efeito, em que se identifica a submissão, a desvalorização e a dependência da mulher pelo e ao homem, cabendo a ela o papel de esposa e mãe, restrito ao ambiente privado (RAMOS, 2011). Como gênero é uma categoria social, ele pode ser aprendido e passado às gerações posteriores, resultando na manutenção das diferenças entre homem e mulher (DINIZ apud RAMOS, 2011). Por isso, podem ser transgeracionais, ou seja, podem ser passados de uma geração para outra através das relações familiares, tendo em vista que, como já foi observado no capítulo anterior, a família moderna é o local das trocas afetivas, primeiro espaço de socialização das crianças, sendo o núcleo socializador dos indivíduos (RAMOS, 2011).

A transgeracionalidade ocorre através da transmissão de material de ordem subjetiva intra e intersiquicamente entre os membros de uma família, de forma que esse material acaba ultrapassando as barreiras do indivíduo (RAMOS, 2011). Em suma, é aquilo que é transmitido, que perpassa a história da família, e que se mantém presente ao longo das gerações. Essas transmissões transgeracionais familiares são responsáveis pela forma como o sujeito se posiciona na família e na sociedade (CARRETEIRO;FREIRE apud RAMOS, 2011). Logo, se uma pessoa age de determinada forma, é importante analisar suas gerações anteriores para historiar a conduta e saber de onde se desencadeou tal comportamento. Por exemplo, quando uma mulher acredita que seu dever é com o trabalho doméstico e com o cuidado, é importante buscar a herança cultural e sócio familiar recebida por ela para entender o porquê da própria (ou, até mesmo, o determinado grupo social, no qual está inserida) encarar o papel de gênero e a condição feminina.

Delamôra (2003)⁴² argumenta que a confluência de conteúdos carregados de significados ocorre principalmente na tríade mãe-vó-filha, porque cabe às mulheres na sociedade moderna a educação dos filhos, sendo agentes da transmissão dos papéis de gênero. É importante ressaltar que cada geração tem sua especificidade, agregando valores, culturas e padrões de comportamento, e não é uma cópia exata da geração anterior. Desta forma, é interessante também para esta análise buscar entender o que faz a geração mais nova não seguir determi-

42 DELAMÔRA, M. M. M. *Narrativas de mulheres trabalhadoras: mudanças e permanências nos significados sobre o ser mulher*. Dissertação de mestrado publicada, Programa de pós-graduação em Psicologia. Universidade de Brasília: 2003.

nadas opiniões e atitudes da geração mais velha (DELAMÔRA apud RAMOS, 2011, p. 20). Logo, é no instituto da família que ocorre o fenômeno da transgeracionalidade, responsável pela estruturação do núcleo da família e pela perpetuação de valores, crenças, legados, heranças sociais, com o objetivo de transmitir para os filhos e/ou filhas uma estrutura social que lhes permitam um melhor desenvolvimento. Por isso, como apresentam Wagner e Fackle (apud BOTTON et al, 2015), há pais que repassam aos seus filhos tudo o que aprenderam, enquanto outros se empenham em ensinar novos valores. Contudo, invariavelmente, determinadas vivências da família de origem são repetidas. Isso é o que caracteriza a complexidade do fenômeno da transgeracionalidade, pois não é um processo de causa e efeito, mas sim uma relação permanente entre variáveis que se cruzam e se complementam (BOTTON et al, 2015, p. 49).

Rocha-Coutinho (apud CAMPOS; MOURA, 2014) concorda e frisa que a família é um espaço de coexistência de diferentes gerações, onde o diálogo entre várias visões de mundo específicas, incluindo visões familiares específicas de cada geração pode ocorrer. A literatura da área supracitada nos traz uma informação importante para justificar uma das variáveis deste trabalho. O aprendizado transgeracional tem maior influência quanto mais novo for o indivíduo. Logo, é na infância que se desenvolve o *habitus* primário, que consiste, segundo Gomes (apud BOTTON et al, 2015, p. 50), no processo de aprendizado de valores e crenças que influenciam os modos de se comportar, ser e viver das crianças, desde as suas primeiras interações no mundo ou até antes do seu nascimento.

O autor completa apresentando que esse aprendizado se dá no seio familiar de forma natural e permite que as crianças comecem a construir características de sua personalidade, como gostos, aspirações, autoimagem e autoestima, dando base para o aprendizado dos *habitus* secundários, que se relacionam com a percepção de todas as experiências da vida do indivíduo, como as que se referem ao gênero.

Logo, é na família que se aprende a noção de gênero binário, os quais possuem seus papéis pré-determinados. E, considerando que crianças tendem a imitar mais aos seus iguais do que aos de outro sexo, esta noção é reforçada, reafirmada e referendada, sendo, assim, perpetuada no espaço privado e no espaço público (FLERCK; FALCKE; HACKNER; GOMES; KELLER; WAGNER apud BOTTON et al, 2015).

Isso quer dizer, para este trabalho, que mulheres que, ao se tornarem mães, exercem trabalho fora do lar ou, pelo contrário, exercem trabalho doméstico não remunerado, e, assim, permanecem até os filhos completarem 14 anos – idade considerada fim da infância –, geram um aprendizado de *habitus* primário. Este conceito será explicado mais à frente, criando um referencial para a criança do

que é o papel de gênero feminino e sua condição e influenciando o aprendizado seguinte quanto à sua própria vivência com relação ao gênero. Por isso, uma característica de análise importante é se a mãe da unidade de análise exerceu atividade remunerada antes da mesma completar 14 anos, porque, como afirma Bozon (2004)⁴³, o mais importante na transmissão geracional dos papéis de gênero são as práticas realizadas pelos pais em seu cotidiano e que são observadas pelas crianças, e não a regra dita.

Não obstante, estes elementos trazidos pela Psicologia Social, também são estudados na Sociologia⁴⁴, considerando o tema da transgeracionalidade através do conceito de herança familiar, o qual posiciona o indivíduo enquanto filho e membro de conjunto familiar, somando-se ao conceito de herança cultural⁴⁵, uma vez que o indivíduo é encarado enquanto sujeito inserido em determinado meio social que transmite bens culturais que podem ser acumulados. Pierre Bourdieu é o autor que mais produziu e trabalhou com estes conceitos e é através do seu conceito de *habitus* que será explicada, sociologicamente, a relação entre gênero, condição da mulher e papel feminino, além da transgeracionalidade. O *habitus* corresponde à posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir. Logo, o conceito traduz estilos de vida, julgamentos políticos morais e estéticos; é um meio de ação individual ou coletiva (VASCONCELLOS, 2002, p. 79).

Dentro deste conceito, há a noção de capital e seus tipos. O autor o divide em três: econômico (poder aquisitivo), social/familiar (rede de relações sociais) e cultural (diploma, etiqueta). Essa classificação permite que tenhamos instrumentos teóricos para notar e analisar as distinções que existem entre os indivíduos nas suas relações sociais. Vale ressaltar que os capitais são passíveis de terem a quantidade e a qualidade dos recursos analisadas e de poderem ser observados na relação social através da manifestação do indivíduo que questiona o acesso aos recursos de posse do outro (PORTES, 2000, p. 135). O capital social requer tanto investimento do capital econômico quanto dos recursos da rede de relações sociais, sendo “o agregado de recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”

43 BOZON, M. Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

44 Obras relevantes para a temática da transgeracionalidade na Sociologia são a *Sociologia da Família*, de Segalen, publicado em 2002, e *O Poder Simbólico*, de Pierre Bourdieu, publicado em 1989.

45 “[...] constitui um dos organizadores do programa de pesquisa encarregado de examinar as condições que presidem a permanência e a mudança social. [...], a noção permitiu mostrar que a reprodução social nas sociedades contemporâneas não dependia apenas da transmissão de bens materiais de uma geração para a outra, mas estava subordinada cada vez mais à transmissão de um patrimônio cultural.” (CATANI, 2017, p. 217)

(PORTES, 2000, p. 134), em que “os benefícios angariados por virtude da pertença a um grupo são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possível” (PORTES, 2000, p. 135). Por isso, o autor considera que o apoio familiar e da escola no desenvolvimento da criança são fundamentais para traçar o caminho individual dela, porque é nessa fase, segundo a psicologia social, que a criança internaliza normas de reciprocidade social, de disciplina e de conformidade, ou seja, acumula capital social e cultural, sendo assim o momento em que o *habitus* se consolida com maior incidência. Outro conceito importante é a violência simbólica, que é o mecanismo que naturaliza para os indivíduos as representações e as ideias dominantes, e é realizada pelas instituições atreladas à estrutura e pelos seus agentes, tendo por base o princípio do exercício da autoridade. “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação)” (BOURDIEU, 2002, p. 46).

A partir desses três conceitos (*habitus*, capital social/familiar e violência simbólica), na obra *O Poder Simbólico*, Bourdieu (2002) apresenta que as condições da participação social estão atreladas à herança cultural. Esta expressão basicamente consiste no acúmulo de bens simbólicos, como o capital social/familiar e cultural, ou seja, o acúmulo do que seria o *habitus*. O acúmulo deste *habitus* pelo indivíduo se daria pela socialização e o faz elaborar a sua trajetória, se reproduzir socialmente, sem esquecer que há interferência da ação dos agentes e das instituições, que buscam preservar as funções sociais através da aplicação da violência simbólica exercida contra os indivíduos.

Entendendo, então, as relações de poder entre indivíduos como uma categoria de dominação, com base na socialização de acordo com o capital cultural e social acumulados, que se apoia no princípio de reprodução social, e que estas não acontecem necessariamente no campo⁴⁶ econômico, e por isso não possuem as mesmas regras de organização ou de hierarquia social concebidas por Marx (conceito de classe social), Bourdieu, ao analisar o conceito de gênero em *A Dominação Masculina*, publicado originalmente em 1998, apresenta que a ideia de feminino e masculino foi construído como outros binômios de diferenciação naturalizados a fim de legitimar um padrão subjetivo de ordem masculina (LAZDAN et al, 2014). A divisão sexual dos corpos, em que as características atribuídas ao homem são enaltecidas e aquelas destinadas à mulher são desqualificadas, foi fundamental para fragmentar a sociedade e garantir monopólio de determinadas atividades

46 “A noção de campo representa para Bourdieu um espaço social de dominação e de conflitos. Cada campo tem uma certa autonomia e possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social” (VASCONCELLOS, 2002, p. 83).

sociais a uma parcela da população. Ele apresenta que o padrão subjetivo, naturalizado através da relação *habitus*-violência simbólica, também é influenciado pelas instituições, como escola e mídia (estruturas objetivas). Desse modo é difícil a libertação dessa submissão, porque não depende única e exclusivamente da tomada de consciência, mas pelo fim dos mecanismos que sustentam as estruturas e perpetuam a sua reprodução, “com uma transformação radical das condições sociais de produção de tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes” (BOURDIEU, 2002, p. 53).

Dessa forma, não é suficiente uma mulher emancipar-se individualmente ou tomar consciência da opressão sexual que sofre, se os mecanismos das estruturas sociais permanecerem inalterados. Para tal, é relevante trazer a perspectiva da divisão sexual do trabalho, tendo em vista que a produção/mercado são estruturas sociais, e que essa divisão foi a balizadora para definir quem ocupa o espaço público e quem ocupa o espaço privado. Logo, ele confirma a conceituação já apresentada neste trabalho, cuja descrição de gênero se dá por uma relação de poder construída a partir das relações sociais entre indivíduos em que o trabalho estrutura e é estruturante da socialização dos mesmos (*habitus*), influenciando, objetivamente, essas relações que fragmentam a sociedade em duas classes sexuais. Confirma ainda que a relação hierárquica do gênero é aprendida desde o início da vida social do indivíduo e também pode ser reproduzida e transmitida através do emprego da violência simbólica. Deste modo, a família, a Igreja e a escola instituições que precisam ser alteradas para que o *habitus*, com base na ordem masculina, seja afastado do padrão subjetivo social.

TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO ENQUANTO HERANÇA CULTURAL ENTRE MÃES E FILHAS: HÁ UMA RELAÇÃO TRANSGERACIONAL DO PAPEL DE GÊNERO E DA CONDIÇÃO FEMININA?

A revisão de literatura realizada anteriormente dá suporte teórico às hipóteses levantadas: “(1) quando a mãe trabalha fora enquanto a filha é criança, influencia a filha a trabalhar fora”, e “(2) o nível educacional da filha é sempre maior do que o da mãe”. Estas serão verificadas empiricamente neste item, pois entende-se que o *habitus* ocorre primeiramente dentro da família, local onde indivíduos de diferentes idades se relacionam intergeracionalmente, e que essa instituição possui relação intrínseca com a divisão sexual do trabalho, que constituiu o que hoje é entendido como papel de gênero e condição feminina, e, logo, pode ser transmitido através da socialização.

Para tal, utilizou-se os dados coletados pela pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década”, sob a organização de Clara Araújo e Andréa Gama, que foi realizada entre 2013 e 2014, através de uma amostra probabilística representativa da população do Estado do Rio de Janeiro. O propósito da pesquisa foi “retomar investigação pioneira, na sua natureza e na amplitude de informações, aplicada no Brasil pela primeira vez no ano de 2003” (ARAÚJO; GAMA, 2017), pelo Internacional Social Survey Programme (ISSP), um consórcio internacional de centros de investigação. Essa pesquisa:

tratou, portanto, de coletar elementos que permitissem compreender os traços atuais que ajudam a estruturar o espaço genericamente definido como família e a articulação dos seus membros com dinâmicas e experiências nas atividades remuneradas, tendo por mediação e questão central as relações de gênero. (ARAÚJO; GAMA, 2017, p. 11, grifos das autoras).

O recorte territorial se deu sob o entendimento de que o estado do Rio de Janeiro é “considerado um dos mais desenvolvidos e detentor de trajetória cultural mais aberta em comparação aos outros estados do país” (ARAÚJO; GAMA, 2017, p. 11), não impedindo que a análise dos dados contribua para refletir sobre a realidade regional, a dicotomia do Brasil urbano e rural e das características no âmbito da América Latina.

A pesquisa foi feita a partir de um *survey*, por amostra familiar, representativo da população do estado do Rio de Janeiro acima de 18 anos, e foi probabilística e aleatória. Foram definidos três estágios de seleção com aplicação do questionário com 57 perguntas em 10 municípios. O primeiro estágio definiu e organizou os municípios em quatro estratos conforme o tamanho da sua população informado pelo Censo 2010 através da probabilidade proporcional aos seus tamanhos (PPT). O segundo estágio selecionou os setores censitários dentro dos municípios selecionados através de sorteio aleatório simples, sendo também proporcional ao tamanho da sua população. O terceiro e último estágio selecionou 20 domicílios dentro de cada setor censitário escolhido através do método das rotas aleatórias e, em cada domicílio, o questionário foi aplicado ao morador maior de 18 anos com data de aniversário mais próxima ao momento da entrevista. O total da amostra final foi de 1198 entrevistados⁴⁷. Deste total, 672 entrevistas foram feitas com mulheres,

47 As autoras informam nas notas metodológicas que o banco de dados foi expandido de 1000 entrevistas para 1198 e ponderado pelo produto dos dois pesos para corrigir discrepâncias em

das quais 76% se declaram pardas ou brancas, 51,9% eram casadas, 42,3% têm por religião o catolicismo romano, 39,9% têm ensino fundamental completo e incompleto, 36,8% estão empregadas em um trabalho assalariado, sendo que (56,9%) trabalham mais de 40h. 87,8% das mulheres entrevistadas não estudam e possuem renda individual e total mensal de até dois salários-mínimos (60, 9% e 41%, respectivamente).

Dos cinco blocos de questões que pautaram a investigação, foram produzidas duas hipóteses a serem verificadas. A primeira questiona se há alguma relação entre a mulher entrevistada que se dedica ao trabalho fora do lar e o fato da sua mãe ter trabalhado fora durante o período da infância da entrevistada. Já a segunda levanta se é possível existir alguma relação entre o maior nível educacional da entrevistada em comparação com o de sua mãe. Por isso, interessa a este trabalho as seguintes variáveis referentes às 672 mulheres entrevistadas: a caracterização socioeconômica da entrevistada e as informações sobre escolaridade e trabalho da mãe da entrevistada, para extrair seus valores, atitudes e percepções sobre os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho (ARAÚJO; GAMA, 2017).

A variável “a senhora trabalha fora atualmente?” foi construída de duas formas. Igual a 1, que indica presença do trabalho fora, composta pelas categorias empregada, não está trabalhando, mas tem trabalho e está procurando emprego ativamente. E igual a 0, que indica ausência do trabalho fora, foi composta pelas categorias estudante, se dedica aos afazeres de sua casa, é aposentada ou incapacitada permanentemente para trabalhar, e não trabalha e não está procurando emprego. Com isso, essa variável pode ser mais facilmente trabalhada em correlação com outra variável “desde que a senhora nasceu até os seus 14 anos, sua mãe trabalhou fora por pelo menos um ano?”.

As hipóteses “(1) quando a mãe trabalha fora enquanto a filha é criança, influencia a filha a trabalhar fora” e “(2) o nível educacional da filha é sempre maior que o da mãe” foram respondidas a partir da análise dos dados já apresentados através do método da correlação Chi-quadrado.

Para a hipótese (1), a tabela 1 apresenta a frequência das variáveis “Desde que a senhora nasceu até os seus 14 anos, sua mãe trabalhou fora por pelo menos um ano?” e “A senhora trabalha fora atualmente?”, bem como a estatística Chi-quadrado de correlação entre as duas variáveis.

dimensões importantes. Por isso, o número total da amostra, apresentado nas tabelas baseadas nos percentuais encontrados, pode variar entre 1197 e 1999 respostas.

Tabela 1. Tabela de frequência das variáveis “Desde que o(a) Sr(a) nasceu até os seus 14 anos, sua mãe trabalhou fora por pelo menos 1 ano?” e “A senhora trabalha fora atualmente?”

		A senhora trabalha fora atualmente?		Total
		Não	Sim	
Desde que a senhora nasceu até os seus 14 anos, sua mãe trabalhou fora?	Não	146	81	227
		64,3%	35,7%	100,0%
	Sim	178	240	418
		42,6%	57,4%	100,0%

Pearson Chi-quadrado 27,79, para 1 grau de liberdade, significativa ao nível $< 0,01$.

Fonte: Dados obtidos no banco de dados da pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década”, 2017.

A análise da tabela 1 ilustra a correlação positiva (Chi-square 27,79, significativa ao nível 0,01%) entre as duas variáveis. Mostra que, enquanto 57,4% das mulheres, cujas mães trabalharam fora durante sua infância, trabalhavam no momento da coleta de dados, apenas 35,7% das mulheres cujas mães não trabalharam fora durante sua infância, declararam atuar no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, 64,3% das mulheres, cujas mães não trabalharam durante sua infância, também estavam fora do mercado de trabalho no momento da coleta de dados.

Já para hipótese (2), a tabela 2 apresenta o resultado da aplicação do método correlação Chi-quadrado entre as variáveis “Grau de escolaridade da entrevistada” e “Grau de escolaridade da mãe”.

Tabela 2. Tabela de frequência das variáveis “Grau de escolaridade da entrevistada” e “Grau de escolaridade da mãe”.

		Grau de escolaridade da mãe				Total
		Menor que fundamental completo	Fundamental completo	Médio completo	Superior completo	
Grau escolaridade da entrevistada	Menor que fundamental completo	149	11	3	0	163
		91,4%	6,7%	1,8%	0,0%	100,0%
	Fundamental completo	70	17	11	2	100
		70,0%	17,0%	11,0%	2,0%	100,0%
	Médio completo	112	37	42	6	197
		56,9%	18,8%	21,3%	3,0%	100,0%
	Superior completo	42	20	20	13	95
		44,2%	21,1%	21,1%	13,7%	100,0%
Total		373	85	76	21	555
		67,2%	15,3%	13,7%	3,8%	100,0%

Pearson Chi-quadrado 97,8, para 9 graus de liberdade, significativa ao nível $< 0,01$.

Fonte: Dados obtidos no banco de dados da pesquisa “Gênero, trabalho e família no Rio de Janeiro – mudanças e permanências na última década”, 2017.

A correlação positiva (Chi-square 97,8, significativa ao nível 0,01%) entre a escolaridade da filha e a escolaridade da mãe é facilmente observável na tabela 2. Por exemplo, 91,4% das entrevistadas que não haviam completado o Ensino Fundamental, declararam que suas mães também não haviam completado Ensino Fundamental.

Portanto, é possível afirmar que há uma correlação entre os níveis educacionais de mães e filhas, confirmando a tendência de que os pais buscam sempre que seus descendentes alcancem níveis educacionais maiores que os deles. É possível afirmar também que existe uma relação significativa entre as mães que trabalham fora no período da infância de suas filhas e as filhas a realizarem o mesmo no momento da entrevista, bem como o inverso: filhas que não estão trabalhando fora e suas mães que não trabalharam fora no período da infância delas.

CONCLUSÃO

Observou-se com a análise realizada neste artigo que o conceito do *habitus* construído por Bourdieu, enquanto processo de socialização e de acúmulo de capital social, familiar e cultural, que distinguem os indivíduos ainda que estejam em uma mesma classe socioeconômica, junto de categorias e conceitos marxistas de trabalho, divisão social/sexual do trabalho, e ao método materialista histórico e dialético são instrumentos úteis para entender sociologicamente as mudanças ocorridas nas relações de poder de gênero, na família e no trabalho doméstico não remunerado. Como afirma Sorj (2000), é impossível estudar o trabalho isoladamente sem compreender a família e outros critérios que estão atrelados à subjetividade humana, como a cultura e a política. De igual forma, fica a análise deficitária quando se analisa apenas o caráter da identidade do problema e não as problemáticas apresentadas pelo campo econômico.

A expressão “revolução incompleta de gênero” cumpre o papel de ser a baliza histórica das lutas feministas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, porque apresenta todos os fenômenos sociais e institucionais gerais que ocorreram ao longo do século passado e impactaram em maior ou menor grau a vidas das mulheres em diferentes partes do mundo. Essa expressão ainda confirma a ideia de que as relações de gênero são relações de poder iniciadas no campo do trabalho, que hierarquizam os sexos e constroem papéis sociais e espaços sociais de acordo com seus corpos biológicos, e que não têm perspectiva de serem extinguidas neste sistema de estruturas capitalistas, porque, ao longo do século, ocorreram mudanças nas relações de trabalho que repercutiram “no cotidiano e na estrutura

das famílias, mas não no funcionamento das estruturas de poder e desigualdade entre homens e mulheres” (STELMACHUK, 2012, p. 47).

Por fim, a partir da análise das fontes bibliográficas, observou-se que mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, o fato das mulheres historicamente ocuparem o espaço privado tornou-se condição do “ser mulher” e o trabalho doméstico não remunerado, junto ao cuidado, parte do que é o papel do gênero feminino. Constata Stelmachuk (2012) que a vida das mulheres se estende para além do trabalho, sendo elas sujeitos que são também do trabalho e não como os homens, que têm o trabalho como fator constitutivo predominante da sua subjetividade. Isso acaba por definir características subjetivas, a fragilidade para as mulheres e a virilidade para os homens, por exemplo, já que o aspecto frágil/sensível é necessário para aquele sujeito que exerce o cuidado, assim como o aspecto viril/implacável o é para aquele que desbrava o espaço público.

Essa naturalização incentivada pelas estruturas socioeconômicas é garantida pelo processo de socialização que Bourdieu chama de *habitus* e é transmitida no seio da família, na escola, pela mídia, entre outros. Portanto, é possível concluir que a revolução de gênero permanecerá incompleta (podendo inclusive retroceder) e as mulheres serão alvo de violência, simbólica ou não, enquanto o trabalho doméstico não remunerado não for redividido entre os componentes familiares independente do gênero, não houver políticas públicas abrangentes neste sentido e se as empresas não constatarem que valorar este tipo de trabalho faz parte da construção de uma sociedade mais justa, tendo em vista “o trabalho como prática de sociabilidade [que] estrutura direitos e deveres acordados coletivamente” (STELMACHUK, 2012, p. 55, adaptado).

No que se refere à análise empírica, as hipóteses de que “(1) quando a mãe trabalha fora enquanto a filha é criança, influencia a filha a trabalhar fora”, e “(2) o nível educacional da filha é sempre maior que o da mãe” foram confirmadas com os dados utilizados. Observou-se que a maioria de mulheres que na sua infância tiveram mães que trabalharam fora também o fazem e que, em todos os níveis educacionais, a maioria das filhas tem seu nível de escolaridade maior que o da sua mãe.

Contudo, estes dados utilizados não permitem que seja analisado o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado pelas mães das entrevistadas, ao passo que também saíam do lar para trabalhar. Isso deixa em aberto entender quais são as motivações que levaram as entrevistadas a não estarem naquele momento trabalhando fora, ao passo que suas mães trabalharam fora no período da infância delas, não podendo afirmar categoricamente, a partir deste banco de

dados, se o trabalho doméstico não remunerado é uma herança cultural ou não. Também é necessário salientar que os dados utilizados foram coletados entre 2013 e 2014, momento em que o Brasil vivia uma expressiva expansão educacional, que pode ser uma explicação alternativa para os resultados encontrados para a segunda hipótese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Clara; GAMA, Andrea (Org.). *Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.
- ARAÚJO, Clara; FONTOURA, Natália (Org.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. Emprego, desemprego e subemprego: uma revisão da literatura crítica. *Ensaio FEE*, v. 6, n. 1, p. 155-168, 1985.
- BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOTTON, Andressa et al. Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando Famílias*, v. 19, p. 43-56, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva”. In: _____. *O poder simbólico*, 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 17-58.
- BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- CAMPOS, Katia Nahum; SEIDL-DE-MOURA, Maria Lucia. “The transformation of women’s role in brazilian family generations (UERJ)”. In: GARCIA, Agnaldo (Ed.). *Love, family and friendship: a latin american perspective*. United Kingdom: Cambridge Scholars Publishing, 2014, p. 184-195.
- CARRETEIRO, Teresa Cristina; FREIRE, Letícia de Luna. De mãe para filha: a transmissão familiar em questão. *Psicologia Clínica*, v. 18, p. 179-191, 2006.
- CATANI, Afrânio Mendes et al. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- COVRE-SUSSAI, Maira; SOARES, Jadir. Divisão do trabalho doméstico nas famílias brasileiras: Influências de fatores individuais e das políticas públicas. *Anais*, p. 1-17, 2016.
- COVRE-SUSSAI, Maira et al. Measuring gender equality in family decision making in Latin America: a key towards understanding changing family configurations. *Genus*, v. 69, n. 3, p. 47-73, 2013.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 3. Lisboa: Ed. Avante, 1985.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The incomplete revolution: adapting to women’s new roles*. Cambridge: Polity, 2009.

- FERREIRA, Cristiana Sanchez Gomes. Teoria Econômica do Casamento e da Escolha do Regime de Bens. *RIDB–Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ano 2, v. 2, p. 6935-6972, 2013.
- FISHER, Irving. *Teoria do Capital Humano: Origens e Evolução. Capital Humano e Capital Social: Construir Capacidades para o Desenvolvimento dos Territórios*. Lisboa: 2008,.
- FONSECA, Tania Mara. A dominação masculina. Formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher. *Estudos Feministas*, v. 1, n.1/2. p. 206-213, 1999.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, “Dominique. Trabalho doméstico”. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009, p. 256-262.
- GELINSKI, Carmen R. Ortiz G.; PEREIRA, Rosângela Saldanha. Mulher e trabalho não remunerado. *Mulher e Trabalho*, v. 5, 2011.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 91, p. 7-22, 1994.
- GOSLAR, Poliana Gomes. *Feminista, eu?! A vivência das conquistas do feminismo e a transmissão transgeracional dos papéis de gênero na percepção da adulta jovem à mulher idosa*. Trabalho de Conclusão de Curso, Santa Catarina: UnC, 2013.
- ITABORAI, Nathalie Reis. “Temporalidades plurais: desigualdade de gênero e classes nos usos do tempo das famílias brasileiras”. In: ARAUJO, Clara; FONTOURA, Natália. *Uso do tempo e gênero* (org.). Rio de Janeiro: UERJ, 2016, p. 101-137.
- ITABORAI, Nathalie Reis. “O pessoal é político”: lacunas e horizontes da revolução de gênero. E-book, 2016, p. 213-233. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/article/view/2456>>.
- KALLEMBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 21-30, fev. 2009.
- LAPPEGÅRD, Trude et al. Introduction to the special collection on finding work-life balance: history, determinants, and consequences of new breadwinning models in the industrialized world. *Demographic Research*, v.37, p. 853-866, 2017.
- LAZDAN, Alessandra Munhoz et al. A dominação masculina de Pierre Bourdieu: críticas e reflexões a partir da psicologia analítica. *Revista Ibero-americana de estudos em educação*, p. 470-487, 2014.
- MADALOZZO, Regina et al. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres tem condições iguais? *Estudos Feministas*, v. 18, p. 547-566, 2010.
- MCDONALD, Peter. Societal foundations for explaining low fertility: gender equity. *Demographic Research*, v. 28, p. 981-994, 2013.

- MISSIO, Fabrício; FLORES JACOBI, Luciane. Variáveis dummy: especificações de modelos com parâmetros variáveis. *Ciência e Natura*, v. 29, n. 1, p. 111-135, 2007.
- PORTES, Alejandro. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 33, p. 133-158, 2000.
- ROCHA, Ana. *Trabalhadoras da FAET: condições de trabalho e sobrecarga doméstica*. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2012.
- RAMOS, Danusa Silva. *Gênero e geração: permanências e mudanças na condição feminina*. Brasília: UNB, 2011.
- SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002.
- SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 12, p. 230-273, 2004.
- STELMACHUK, Maris Stela da Luz et al. *Mulheres do século XX: memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho*. Tese de doutorado. Santa Catarina: UFSC – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Psicologia. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br>>.
- SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000.
- THERBORN, Goran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2015.
- VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. *Educação & sociedade*, n. 78, p. 77-87, abr. 2002.
- WAGNER, Adriana; CENTENARO LEVANDOWSKI, Daniela. Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 88-97, jan./jun. 2008.
- WAJNMAN, Simone. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. E-book, 2016, pp. 45-58. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/article/download/2446/2401>>.